

# **Neoliberalismo Durável: o Consenso Washington nas campanhas presidenciais de 16 países da América Latina (2000 a 2015).**

Augusto Neftali Corte de Oliveira  
Pesquisador em Ciência Política  
FEE/RS – ancolive@gmail.com  
Código do trabalho: 5929555

Enquanto movimento político, o neoliberalismo se consolidou na paisagem ideológica da América Latina a partir da década de 1980, especialmente com as propostas conhecidas como Consenso de Washington. Inicialmente, chamou a atenção o fato de que o neoliberalismo muitas vezes foi adotado de surpresa, isso é, por presidentes que, antes das eleições, defendiam propostas diferentes. Com ou sem a aprovação inicial das urnas, a ideologia neoliberal tornou-se central na política da América Latina até ser desafiada, desde o início dos anos 2000, pela ascensão de candidatos presidenciais críticos. Essa pesquisa dedica-se ao papel visível da ideologia neoliberal na política da América Latina, mostrando sua presença nas plataformas programáticas das candidaturas presidenciais lançadas entre 2000 e 2015. Analisando 153 programas de governo de 16 países da América Latina, revela quais regras do Consenso de Washington entraram e permaneceram no panorama político da América Latina entre os anos 2000 e 2015.

## **Introdução**

Enquanto movimento político, o neoliberalismo se consolidou na paisagem ideológica da América Latina a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, especialmente a partir das propostas conhecidas como Consenso de Washington (CW). Existe ampla literatura dedicada a esquadrihar o aparecimento do neoliberalismo como resposta política – mas também de técnica econômica – ao desafio da estaginflação na Europa Ocidental e em outros países ricos. A percepção de que a orientação heterodoxa ou *keynesiana*, adotada tanto por governos socialdemocratas quanto por conservadores no pós-guerra, não oferecia respostas adequadas ao momento vivido no final da década de 1970, favoreceu a adoção das propostas neoliberais. Os efeitos desta mudança de paradigmas foram importantes não apenas no que concerne à orientação econômica dos governos, mas também sobre a dinâmica de poder entre os atores sociais (em prejuízo daqueles associados aos interesses dos trabalhadores).

Na América Latina, as experiências neoliberais iniciaram em alguns países concomitantemente às dos países ricos. O caso do Chile é paradigmático, considerando sua antecedência, quando as propostas neoliberais manejadas pelos *chicago boys*

assumiram papel central na ditadura de Pinochet entre 1974 e 1990. Em países governados democraticamente, chamou a atenção o fato de que o neoliberalismo muitas vezes foi inicialmente adotado de surpresa, isso é, por presidentes que, como candidatos durante as eleições, defendiam propostas diferentes. Stockes (2001, p. 13) encontrou esta situação em oito diferentes países do subcontinente, entre os anos de 1982 e 1995. A defesa de propostas direcionadas à eficiência econômica, sob o potencial custo da segurança social (já bastante limitada) dos eleitores latino-americanos, foi percebida por muitos candidatos presidenciais como impossível de sustentar uma campanha eleitoral vitoriosa.

Com ou sem a aprovação inicial das urnas, a ideologia neoliberal tornou-se central na política da América Latina até ser desafiada, desde o início dos anos 2000, pela ascensão de candidatos críticos às Presidências nacionais. A eleição de Chávez na Venezuela em 1998, Lula no Brasil em 2002, Kirchner na Argentina em 2003, Morales na Bolívia em 2005, Correa no Equador em 2006, Funes em El Salvador em 2009, Humala no Peru em 2011, dentre outros, podem ser consideradas como representativas de um processo político latino-americano que diverge, ou mesmo antagoniza, com a predominância neoliberal da década de 1990. Para autores como Lora e Oliveira (2005) e Baker e Greene (2011), a vitória de candidatos como os ressaltados podem ser compreendidas como expressão da rejeição, por parte dos eleitores, das políticas neoliberais e de seus efeitos sociais e econômicos na América Latina.

Diferentes leituras procuram destacar a existência de similitudes ou influências entre os casos das experiências de governos não aderentes aos pressupostos do neoliberalismo. Os governos da Venezuela, da Bolívia e de Equador são abrangidos sob o título de *bolivarianos*, com a intenção de inferir a influência seminal da experiência de Hugo Chávez na região andina. Já no Cone Sul, governos de presidentes eleitos por partidos que, em seus contextos nacionais, inserem-se no campo da esquerda, como o Partido Socialista, no Chile, e o Frente Amplo, no Uruguai, são em geral interpretados como mais próximos das experiências socialdemocratas europeias.

Não seria esdruxulo esperar que os governos progressistas dos anos 2000 assegurassem, na América Latina, um ambiente resistente às iniciativas liberais – a exemplo do período dos Trinta Gloriosos no ocidente. Em certa medida, os processos de inclusão social e ampliação do consumo estiveram conectadas com as soluções políticas, em regular processo eleitoral democrático. Neste contexto, a resiliência das

opções por políticas de redistribuição poderia ser o resultado da disputa política, com a aproximação das forças com posição ideológica antagônica.

Contudo, seja como parte do conteúdo discursivo antagônico aos partidos e governos de esquerda da América Latina recente, ou mesmo incorporados nos próprios mandatos dos presidentes progressistas, os paradigmas da política neoliberal continuaram ocupando um espaço na política do subcontinente. Atualmente, quando grupos antagônicos alcançam o poder nacional democraticamente (como na Argentina, com o governo de Maurício Macri) ou por outras vias (como no Brasil, a partir do impeachment que levou à Presidência Michel Temer), o neoliberalismo rapidamente aparece como opção prioritária na condução da política econômica.

Essa pesquisa dedica-se ao papel visível da ideologia neoliberal na política da América Latina, mostrando sua presença nas plataformas programáticas das candidaturas presidenciais lançadas entre 2000 e 2015. A partir de uma estratégia de análise de conteúdo, esquadrinha a presença nos programas de governo eleitorais de noções que compõe o cerne do Consenso de Washington (CW) – espécie de manifesto programático do neoliberalismo. A primeira seção do artigo dedica-se à definição conceitual do objeto (neoliberalismo) e aos aspectos metodológicos relativos à análise dos documentos eleitorais.

A pesquisa envolve 16 países da América Latina, em um total de 62 eleições presidenciais entre 1998 e 2015. Foram analisados 153 programas de governo eleitorais, o que corresponde a igual número de candidaturas à Presidência das nações latino-americanas. Os países analisados são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O fator de seleção foi a disponibilidade dos programas de governo dos candidatos presidenciais. Procurou-se, em cada eleição, incluir os programas dos principais candidatos em disputa conforme o resultado da eleição.

A primeira seção apresenta os fundamentos teóricos da compreensão sobre as categorias discursivas adotadas para identificar a adesão dos programas de governo ao ideário neoliberal e esboça a estratégia metodológica de análise de conteúdo utilizada em sua mensuração. Esta estratégia está mais bem reportada em outro trabalho (Oliveira, 2015, 2016a). Os dados brutos utilizados estão reportados no Banco de Asserções Programáticas (BAP), disponível para download, que também informa os

documentos utilizados na análise e os partidos patrocinadores de cada candidatura (Oliveira, 2016b).

A segunda seção dedica-se a apresentar graficamente o comportamento das diferentes agremiações, em sua adesão às proposições do CW expressa nos programas de governo presidenciais, durante o período de pesquisa. Realiza-se uma análise descritiva dos dados encontrados, destacando quais as proposições mais duradouras em cada contexto nacional, entre os partidos de situação e de oposição.

A terceira seção realiza uma leitura abrangente da presença, manutenção e transformações da ideologia neoliberal na política do subcontinente latino-americano. Identifica os países e partidos que exibem trajetórias semelhantes sobre a adesão ao neoliberalismo. Em conclusão, busca-se destacar elementos da análise dos programas de governo que permitem apresentar explicações sobre a manutenção das opções neoliberais na política da América Latina ao longo dos anos 2000.

O neoliberalismo, interpretado programaticamente a partir das proposições que formam o CW, atravessou os anos de governo de presidentes progressistas na maioria dos países da América Latina, tanto como elemento da identidade dos partidos que lhes fazem oposição, quanto no conteúdo das próprias bases programáticas de seus mandatos. Estudar sua persistência ao longo deste período ajuda a compreender como, em seguida, o neoliberalismo pode voltar a assumir o espectro central da discussão política e viabilizar-se como primeira opção das forças que protagonizam a tomada de decisão nos países da América Latina.

## **1. O neoliberalismo nos programas de governo das eleições presidenciais: aspectos teóricos e estratégia de análise de conteúdo**

A análise de conteúdo (Henry e Moscovici, 1968; Lasswell, 1982; Bardin, 1995) é uma estratégia adotada para estruturar a leitura de documentos ou outros registros, de maneira a organizar, padronizar e quantificar a apreensão de significados, de acordo com as necessidades de pesquisa. Seu objetivo principal é apreender, para além do conteúdo formal da comunicação, elementos identificadores do fenômeno discursivo associado a sua autoria. Em suma, engloba um desenho estratégico que visa alcançar os valores presentes no momento em que o(s) autor(es) se expressam.

No que concerne à comunicação política e, especialmente, às eleições, a análise de conteúdo dos programas de governo partidários não deixa de ser uma ferramenta usual.

Usualmente, os candidatos presidenciais apresentam programas de governo formais, redigidos e documentados em um volume ou em um conjunto de volumes ou fascículos. Recentemente, os programas de governo também passaram a ser apresentados como documentos virtuais, isto é, como páginas disponíveis na internet. Embora a segunda versão apresente a possibilidade de acréscimos, supressões e modificações ao longo das campanhas pré-eleitorais, em ambos os casos tratam-se de documentos formais destinados às eleições. Em algumas circunstâncias, contudo, no lugar de um programa de governo formal podem ser encontrados pronunciamentos dos candidatos à imprensa ou mesmo entrevistas dedicadas às propostas para um eventual governo. Em todos os casos tratam-se de manifestações políticas com uma intenção propriamente eleitoral. Se os programas não visam necessariamente conquistar votos (como um panfleto de campanha), eles fornecem a diretrizes ou os contornos no qual o candidato opera em relação aos seus oponentes em termos de proposições sobre como o governo deve agir no futuro.

Seus autores respondem, portanto, às pressões provenientes do eleitorado como um todo e dos apoiadores mais imediatos da candidatura, como, por exemplo, os membros dos partidos políticos que a patrocinam. Esta característica não deve ser compreendida como *fraude* das reais intenções ou valores dos autores, dispostos a *mentir* para conquistar votos. Todo discurso político, como toda a ideologia, existe no intervalo entre as intenções exaradas e as condições de sua realização. Interesses, opiniões, cálculo político, confundem-se com a mobilização das pessoas, o exercício do comando e a representação política. Isso ocorre necessariamente pela razão de que a condição da realização de uma ideologia é o exercício do poder pelas pessoas que às vivificam, seja ele em uma organização ou, em última análise, no governo. As condições de realização da ideologia e do exercício do poder, embora constantemente conflitantes, são ainda assim indissociáveis.

A análise de conteúdo dos programas de governo nas eleições presidenciais é capaz de revelar, portanto, não as reais intenções de seus autores, candidatos ou partidos associados – o que, ademais, não é relevante. É uma forma de apreender e comparar como as candidaturas se organizam uma em relação às outras e com a visão do eleitorado que municia a estratégia de campanha. Tal descrição pode parecer artificial, e muitas vezes os programas contêm uma boa dose de artificialidade inserida nos momentos em que publicitários ou assemelhados ganham autonomia para intervir neste campo. Mais uma vez, entretanto, deve-se ressaltar que os programas de governo não

são peças autônomas da realidade política. Sua capacidade de ter incidência política depende de estar conectado à trajetória pessoal das pessoas dos candidatos, da história dos partidos políticos que apoiam a candidatura, dos governos aos quais fazem oposição ou aos quais se alinham, às políticas públicas adotadas por estes governos, aos grupos sociais organizados que podem apoiar ou rechaçar a candidatura, aos sentimentos mais difusos existentes entre os eleitores (sejam eles orientados ideologicamente ou não).

Por estas razões, a análise de conteúdo dos programas de governo nas candidaturas presidenciais é uma estratégia adequada para revelar os valores que informam o comportamento ideológico destas candidaturas e, indiretamente, dos partidos relacionados. Permite abrir uma entrada para o fenômeno da autoria, para apreender comparativamente a adesão ou o espaço que um determinado tema de cognição política possui no posicionamento da candidatura.

A estratégia de análise de conteúdo adotada é baseada na presença ou ausência de asserções programáticas do corpo do programa de governo analisado. Por asserção, compreende-se um fragmento de texto que expressamente disponha (a) um posicionamento positivo em relação ao conteúdo especificado e (b) a intenção programática de que, após vencer as eleições, o presidente eleito atuará para que este posicionamento seja traduzido em política pública.

Especificamente, neste artigo o conteúdo a ser mensurado diz respeito à adesão às proposições típicas do neoliberalismo, a partir das diretrizes do CW. Este termo foi cunhado por Williamson (1990, 2008) no ano de 1989, em referência às 10 políticas econômicas que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina na visão *consensual* dos organismos financiadores do governo dos Estados Unidos e multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional). Em relação aos seus objetivos, expressamente afirma Williamsom (1990, p. 1) “that the standard economic objectives of growth, low inflation, a viable balance of payments, and an equitable income distribution should determine the disposition of such policy instruments”.

O autor apresenta estas 10 propostas no contexto de crítica às estratégias de crescimento preferencialmente adotadas no subcontinente a partir dos anos de 1950 (desenvolvimentismo, substituição de importação), em favor do que seriam as práticas frequentes e relacionadas ao sucesso dos países desenvolvidos do ocidente. A intenção inicial das propostas era esclarecer quais políticas gozavam de expresse consenso no meio ao qual se reportava, nos quais a controvérsia ainda existente não era de natureza ideológica em termos finalísticos e a aqueles nos quais a controvérsia reside em

questões normativas. Como o autor faz questão de reparar em textos posteriores (Williamson, 1993, 2008), as 10 medidas do CW não estariam ligadas às noções neoliberais dos governos Thatcher e Reagan – monetarismo, economia *supply-side* e governo mínimo.

As políticas do CW foram reinterpretadas ao longo do tempo, tanto a partir de aportes posteriores por parte de especialistas (tecnocratas e acadêmicos), como em relação às idiossincrasias nacionais relacionadas à implantação das normas (Marangos, 2009). Como aponta Stiglitz (2008), o termo Consenso de Washington destacou-se do uso dado por seu cunhador para referir-se mais genericamente ao conjunto de propostas focadas em privatização, liberalização, estabilidade de preços. Nas palavras do autor: “To most people, the Washington Consensus represents a set of policies predicated upon a strong faith – stronger than warranted either by economic theory or historical experience – in unfettered markets and aimed at reducing, or even minimizing, the role of government (Stiglitz, 2008, p. 41)”. Neste ponto de vista, o CW pode ser apreendido no quadro do neoliberalismo e dos governos Thatcher e Reagan.

O uso viável para o termo Consenso de Washington em uma pesquisa dedicada às relações políticas, deve aproximar-se desta segunda acepção, ainda que não perca de vista as 10 propostas originalmente desenhadas. O uso político do termo, menos do que um capricho ou deslize, está em sintonia com a própria acepção social que lhe foi dada e que, como não poderia deixar de ser, reinforma seu uso acadêmico. Nesse sentido, Naim (1999) explica o motivo pelo qual o termo tornou-se usual.

Because, at the time, it filled an ideological vacuum and it was relatively simple for politicians to understand and use in speeches. It also gave ministers a practical action plan with specific goals; it had the endorsement of prestigious institutions and individuals and, last but not least, it had the ring of money. The adoption of the Washington Consensus, it was promised (and expected), would bring tons of foreign money. The IMF and the World Bank would open their coffers. Foreign investors, eager to benefit from the prosperity that the new policies would bring to reforming countries would also contribute to the financial bonanza (Naim, 1999).

A relação a seguir apresenta as 10 propostas do CW como originalmente formuladas por Williamson (1990) e como foram reinterpretadas no debate econômico e político a partir de autores como Rodrik (2006), Chang (2004), Sader e Gentili (1998), Garretón e outros (2007).

1. Disciplina Fiscal: não permitir, como cláusula geral, que o déficit fiscal anual atinja 1 ou 2% do Produto Interno Bruto. Reinterpretação: redução, eliminação do déficit fiscal.
2. Prioridades do gasto público: reverter o gasto público especialmente de subsídios indiscriminados para políticas de saúde e educação que beneficiem os mais pobres e de investimento. Reinterpretação: promover ajuste fiscal por meio do corte de gastos públicos.
3. Reforma tributária: preferência por tributos com incidência mais ampla e menor taxa. Reinterpretação: diminuir a carga tributária, sobre a atividade econômica e a riqueza.
4. Liberalização financeira: levantar interferências governamentais, para que as taxas de juros sejam livremente decididas pelo mercado financeiro. Reinterpretação: desregulamentação do mercado financeiro, autonomia do Banco Central.
5. Taxa de câmbio de mercado: assegurar a vigência de uma taxa de câmbio competitiva. Reinterpretação: livre flutuação da taxa de câmbio.
6. Liberalização da política comercial: a partir do ideal de livre mercado, evitar as barreiras alfandegárias e definir limites para taxação de importação (10 ou 20%). Reinterpretação: abertura comercial, firmação de acordos de livre comércio.
7. Liberalização do investimento externo direto: abolição dos mecanismos que barram ou constroem o investimento financeiro externo. Reinterpretação: abertura para o investimento externo direto.
8. Privatização: privatizar as empresas econômicas estatais. Reinterpretação: privatização de empresas e serviços públicos.
9. Desregulamentação das relações econômicas: diminuir as exigências burocráticas para as empresas se instalarem e fazerem negócios. Reinterpretação: desregulamentar das leis trabalhistas, desburocratização.
10. Assegurar direitos de propriedade: dotar os agentes de formas de garantir a proteção da propriedade a custos acessíveis. Reinterpretação: proteção da propriedade privada, inclusive intelectual.

Para além dos 10 dispositivos do CW, uma outra regra pode ser incluída por sua capacidade de explicar teleologicamente os fundamentos do consenso. Menos do que

uma regra, é um fundamento da política econômica que norteia a preocupação dos agentes que atuam no quadro do neoliberalismo:

11. Estabilidade de preços: estabilidade de preços como um dos objetivos da política econômica. Reinterpretação: estabilidade de preços como função precípua da política econômica.

O quadro abaixo apresenta como as 11 proposições referidas foram operacionalizadas como asserções programáticas, cuja presença ou ausência no corpo de um programa de governo pode ser analisada com maior grau de homogeneidade.

Quadro 1 – Referências operacionais das regras do CW no Banco de Asserções Programáticas

	CW	Asserção no Banco de Asserções Programáticas
1	Disciplina Fiscal	Economia: redução ou limitação do déficit orçamentário (Referência Positiva) (V.41)
2	Redução do gasto público	Economia: controle, diminuição do gasto público (Referência Positiva) (V.50)
3	Reforma tributária	Tributos: diminuir sobre a produção/consumo (mais investimento, emprego) (Referência Positiva) (V.10); ou Tributos: diminuir sobre o capital (mais investimento, emprego) (Referência Positiva) (V.11)
4	Liberalização financeira	Economia: autonomia do Banco Central (Referência Positiva) (V.44)
5	Taxa de câmbio de mercado	Economia: não intervenção na taxa de câmbio, moeda forte (Referência Positiva) (V.47)
6	Abertura comercial	Internacional: Diminuir barreiras comerciais com EUA, NAFTA, CAFTA, ALCA (Referência Positiva) (V.02); ou Economia: livre mercado, eliminar restrições ao comércio entre países (tarifas, quotas) (Referência Positiva) (V.49)
7	Investimento externo direto	Economia: investimento externo direto (Referência Positiva) (V.48)
8	Privatização	Privatização (Referência Positiva) (V.12)
9	Desregulamentação	Livre mercado - valor da política interna (Referência Positiva) (V.16); ou Eficiência administrativa, eficiência do governo, anti-burocracia (pró mercado) (Referência Positiva) (V.18); ou Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação (Referência Positiva) (V.30)
10	Direito de propriedade	Propriedade, garantir (Referência Positiva) (V.22)
11	Estabilidade de preços	Economia: controle da inflação meta da política econômica (Referência Positiva) (V.43)

Elaboração própria.

## 2. Análise da adesão ideológica ao Consenso de Washington nos programas de governo das eleições presidenciais da América Latina, 2000-2015.

A tabela abaixo apresenta, para cada um dos 16 países analisados, o total de eleições e de programas de governo incluídos no Banco de Asserções Programáticas, e o percentual de adesão do conjunto de programas a cada uma das 11 regras do CW, da forma entabulada no Quadro 1. O dado percentual indica o total proporcional de programas de governo que apresentam um indicador de adesão à regra do CW, sobre o

total de programas de governo analisados. Na última linha (Total) apresenta-se o percentual da adesão às regras sobre o total de 153 programas de governo analisados.

Tabela 1 – Presença (%) das Regras do CW nos Programas de Governo das Eleições Presidenciais na América Latina, 1998-2015.

País	Eleições	Programas de Governo	Disciplina fiscal	Redução do Gasto Público	Reforma Tributária	Juros de Mercado	Câmbio de Mercado
Argentina	5	10	60%	10%	40%	20%	40%
Bolívia	4	11	27%	0%	18%	9%	9%
Brasil	5	15	80%	47%	80%	7%	53%
Chile	4	11	91%	27%	64%	45%	45%
Colômbia	5	15	47%	7%	47%	0%	0%
Costa Rica	4	11	55%	9%	27%	9%	64%
El Salvador	3	6	83%	33%	0%	0%	17%
Equador	4	10	70%	20%	50%	0%	30%
Guatemala	3	6	83%	17%	0%	50%	67%
México	3	9	67%	11%	22%	33%	22%
Nicarágua	3	7	71%	14%	14%	0%	14%
Panamá	3	7	29%	0%	57%	0%	0%
Peru	3	9	89%	11%	22%	44%	44%
República Dominicana	4	6	83%	67%	17%	17%	67%
Uruguai	4	11	55%	64%	82%	27%	27%
Venezuela	5	9	67%	0%	33%	56%	33%
<i>Total</i>	<i>62</i>	<i>153</i>	<i>65%</i>	<i>21%</i>	<i>41%</i>	<i>19%</i>	<i>33%</i>

(continuação)

País	Abertura Comercial	Investimento Externo Direto	Privatização	Desregulamentação	Direito de Propriedade	Estabilidade de Preços
Argentina	40%	20%	0%	20%	0%	60%
Bolívia	64%	36%	0%	18%	27%	36%
Brasil	47%	40%	7%	60%	20%	87%
Chile	73%	55%	9%	64%	55%	82%
Colômbia	47%	27%	0%	33%	27%	40%
Costa Rica	64%	64%	27%	36%	27%	73%
El Salvador	83%	100%	0%	67%	83%	83%
Equador	40%	80%	0%	40%	20%	60%
Guatemala	83%	83%	0%	33%	50%	67%
México	78%	44%	0%	44%	67%	89%
Nicarágua	71%	71%	29%	43%	71%	86%
Panamá	57%	57%	0%	71%	0%	29%
Peru	56%	56%	11%	78%	67%	89%
República Dominicana	67%	100%	17%	67%	50%	100%
Uruguai	64%	36%	9%	73%	36%	82%
Venezuela	56%	67%	33%	33%	44%	78%
<i>Total</i>	<i>59%</i>	<i>54%</i>	<i>8%</i>	<i>48%</i>	<i>37%</i>	<i>70%</i>

Fonte: Banco de Asserções Programáticas (Oliveira, 2016b).

Para fins analíticos, considera-se que uma adesão de 25% ou menos dos programas à regra indica baixa adesão, no país, à regra específica. Uma adesão maior de 25% e menor de 50% indica uma adesão médio-baixa. Uma adesão de 50% ou mais e menor de 75% indica uma adesão médio-alta. E uma adesão de 75% ou mais indica uma adesão alta.

A Disciplina Fiscal é uma regra do CW frequentemente presente nos programas de governo presidenciais da América Latina, no período analisado. Do total de programas estudados, 65% apresentaram uma asserção relacionada a esta regra. As candidaturas de Bolívia e Panamá apresentam menor adesão à regra da Disciplina Fiscal (média-baixa). Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Peru e República Dominicana são países que apresentam alta adesão à Disciplina Fiscal nos programas de governo de seus candidatos presidenciais. É possível que o contexto nacional, de maior ou menor dependência do Estado dos recursos tributários, possua influência sobre a importância desta regra.

Por outro lado, a regra da Redução do Gasto Público é pouco utilizada nos programas de governo presidenciais da América Latina, com uma presença de 21% no total analisado. Uruguai e República e República Dominicana são os únicos países cujos candidatos presidenciais frequentemente apresentam esta regra em seus programas (presença médio-alta). Do total de 16 países analisados, 11 apresentam adesão baixa à regra da Redução do Gasto Público, inclusive Venezuela e Bolívia e Panamá que não possuem nenhum programa de governo dentre os analisados com a presença desta regra. Por se tratar de um tema relevante em países com elevada pobreza e desigualdade social, o espectro de que a Redução do Gasto Público possa comprometer os serviços sociais prestados pelo Estado ajuda a entender a baixa popularidade desta regra nos programas de governo.

Já a Reforma Tributária, operacionalizada como propostas de diminuição da carga tributária, é bastante mais frequente (médio-baixa), atingindo 41% dos programas analisados. Brasil e Uruguai apresentam alta adesão à regra da Reforma Tributária nesse sentido. Bolívia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e República Dominicana, contudo, apresentam baixa adesão à Reforma Tributária nos programas de governo das eleições presidenciais. É interessante que a diminuição da carga tributária, embora, em tese, correlata com a diminuição do gasto público, possua presença muito maior do que esta outra regra. Do total de 16 países, 12 apresentam adesão maior à

Reforma Tributária do que Redução do Gasto Público, o que pode indicar, de qualquer maneira, uma sinalização política para objetivos semelhantes.

A regra de adoção de Juros de Mercado, operacionalizada como proposta de autonomia do Banco Central, foi adotada por apenas 19% dos programas de governo analisados. Chile, México, Peru e, em menor medida, Uruguai apresentam esta regra com alguma frequência (médio-baixa), e apenas na Venezuela ela é presente em mais de 50% dos programas. Em 5 países esta regra não é vinculada nenhuma vez. Deve-se ter em mente, contudo, que uma eventual institucionalização da autonomia do Banco Central no passado pode prevenir o aparecimento desta regra nos programas de governo subsequentes, nos quais o silêncio operaria como posição neutra, se não favorável à regra. A menção à autonomia do Banco Central, como expressão da adoção da regra de Juros de Mercado, de qualquer forma, é um elemento forte na agenda neoliberal.

Um pouco mais frequente é a adesão à regra de Câmbio de Mercado, indicando a adoção de mecanismos de flutuação da taxa de câmbio a partir da atuação do mercado (médio-alta). Por ser uma política frequentemente compreendida como contrária à noção de substituição de importações ou ao protecionismo comercial, esta regra também é relevante no contexto político da América Latina. Costa Rica, Guatemala e República Dominicana são os países com programas de governo mais frequentemente ligados à regra do Câmbio de Mercado, o que pode ser auxiliado pelo fato de que são países com menor industrialização. Bolívia, Colômbia, El Salvador, Nicarágua e Panamá apresentam baixa frequência desta regra.

A regra da Abertura Comercial é bastante frequente nos programas presidenciais da América Latina, alcançando 59% do total estudado. México, El Salvador e Guatemala apresentam elevada adesão à regra, enquanto nenhum país apresenta baixa adesão. Operacionalizada como menção favorável aos acordos de livre comércio envolvendo, principalmente, os Estados Unidos, ou simples indicação da abertura para o livre comércio internacional, esta é uma regra canônica das políticas neoliberais e obteve muita atenção política ao longo dos anos 2000. Sua elevada presença mostra em que medida as políticas protecionistas e de substituição de importação não são hegemônicas neste período, embora as candidaturas frequentemente articulem uma inserção comercial internacional a partir das oportunidades nacionais.

O Investimento Externo Direto, com 54% de presença sobre o total, é quase tão frequente como a regra da Abertura Comercial. El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana possuem elevada adesão a esta regra. Em especial para os países

menores da América Central, a abertura para o Investimento Externo Direto aparece como uma oportunidade de criar estrutura física e econômica com maior rapidez. O único país no qual a abertura para o Investimento Externo Direto possui baixa frequência é a Argentina, possível reflexo das crises econômicas nas quais a volatilidade favorecida pela abertura à movimentação dos capitais internacionais possuiu papel de destaque (fuga de dólares ou fuga de capital). Tanto para o Investimento Externo Direto quanto para a Abertura Comercial, a proximidade de México e dos países da América Central com os Estados Unidos podem ajudar a entender o motivo pelo qual estas regras encontram melhor desempenho nestes países.

A regra da Privatização é a menos manejada pelos programas de governo presidenciais da América Latina entre 2000 e 2015, estando presente em apenas 8% do total analisados. Metade dos 16 países analisados não apresenta nenhum programa de governo com menção à Privatização. Os únicos países nos quais a Privatização alcança o nível médio-baixo são Costa Rica, Nicarágua e Venezuela. Este indicador bastante baixo indica em que medida a Privatização, como regra muito associada às providências indicadas pelo neoliberalismo, caiu em descrédito no ambiente político do subcontinente. Possivelmente, a rejeição à Privatização nas campanhas eleitorais presidenciais é um reflexo da rejeição popular à adoção da política no passado (anos 1980 e 1990).

A regra da Desregulamentação, operacionalizada como desregulamentação das regras trabalhistas ou desburocratização para instalação de empresas e fazer negócios, possui presença médio-baixa (48%) no total de programas de governo analisados. Brasil, Chile, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai apresentam presença médio-alta desta regra. Apenas na Argentina a Desregulamentação possui baixa frequência. A manifestação de apoio a esta regra expressa o conteúdo típico da proposta neoliberal de que um ambiente institucionalmente adequado para a realização de negócios, com baixos custos de transação, é adequado para obtenção do crescimento econômico ou outro bem positivamente avaliado pela sociedade. Em parte, pode ter uma visão mais neutra (desburocratização). Contudo, quando se trata da regulamentação das relações trabalhistas, em especial em países com mercado de trabalho mais desenvolvido, possui um conteúdo político bastante explícito. A asserção “Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação (Referência Positiva)”, politicamente mais sensível, está presente em 22% do total de 153 programas de governo analisados.

A proteção ao Direito de Propriedade possui frequência médio-baixa no total de programas estudados (37%). El Salvador é o único país em que a regra possui alta presença, enquanto Chile, México, Nicarágua e Peru apresentam presença médio-alta. Os programas analisados na Argentina e Panamá não vinculam nenhuma vez esta regra, e Brasil e Equador apresentam em nível médio-baixo. Assim como a Desregulamentação, a regra do Direito de Propriedade é vista como um elemento ambiental propício para o investimento e, em decorrência, para o crescimento por parte da visão neoliberal. Contudo, em ambientes de elevada desigualdade social, especialmente nos quais os conflitos agrários pela propriedade da terra são relevantes, a primazia do Direito de Propriedade possui um conteúdo político expressivo. A ausência de menção ao Direito de Propriedade pode ser em função a inexistência de conflito mais claro neste campo. O aparecimento de questões ligadas à propriedade intelectual também colocam esta regra na ordem do dia da disputa política.

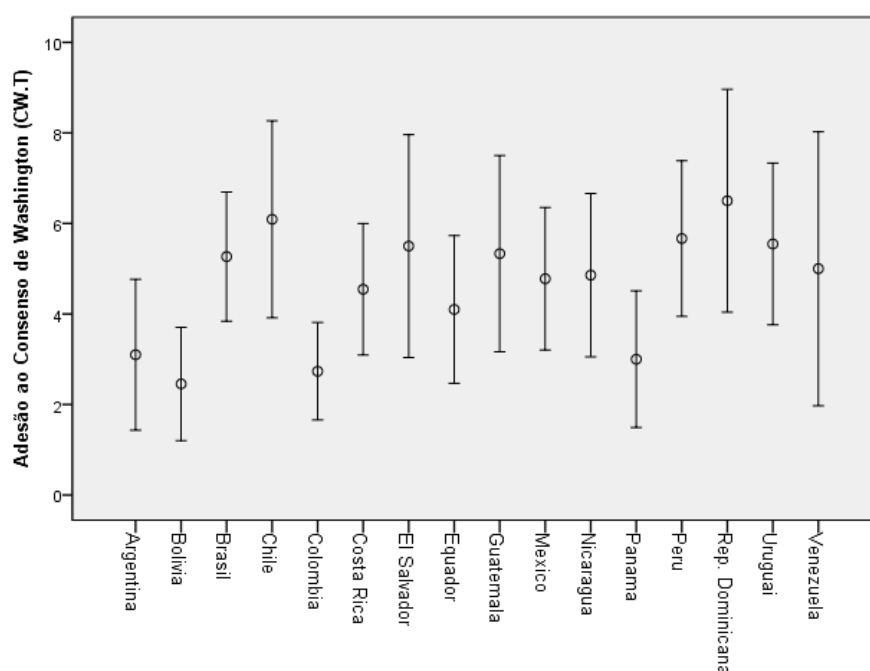
A regra da Estabilidade de Preços não faz parte do conteúdo dispositivo do CW, mas quando tratada como objetivo fundamental da política econômica de um país expressa adequação ao conjunto narrativo que compõe o neoliberalismo em sua expressão ideológica na política. É expressivo que 70% dos programas de governo analisados manejaram a Estabilidade de Preços como fundamento de suas políticas econômicas. Dos 16 países estudados, em 9 esta regra possui elevada presença (75% ou mais) no conjunto de programas de governo de candidaturas presidenciais analisados. Bolívia, Colômbia e Panamá são os únicos países nos quais a regra possui presença médio-baixa. A inflação é um problema que atingiu seriamente diversos países da América Latina nos anos de 1980 e 1990. A preponderância da interpretação de que a inflação deve ser controlada como parte da política econômica, ou seja, com uma visão macroeconômica, mostra em que medida alternativas como o controle de preços foram colocadas em descrédito no ambiente político. De certa maneira, a Estabilidade de Preços é uma porta de entrada, nos programas de governo, para outras políticas do CW, como a Disciplina Fiscal, a Redução do Gasto Público, o Juros de Mercado, o Câmbio de Mercado, mesmo quando estas regras não estão expressas nos documentos.

O Gráfico 1, abaixo, apresenta a posição no indicador global de adesão ao CW – que é a simples soma do total de regras presentes em um programa de governo (indicador CW.T). Este indicador varia entre 0 (zero), indicado que o programa de governo não apresenta nenhuma das regras, e 11, indicado que o programa de governo apresenta todas as 10 regras do CW mais a regra da Estabilidade de Preços. O gráfico

apresenta nos pontos o valor médio de todos os programas de governo analisados em um país e, nos bigodes, o desvio padrão.

Quando se considera o total de regras do CW, observa-se que elas estão menos presentes (em média) nos programas de governo da Argentina, da Bolívia, da Colômbia e do Panamá. Chile, El Salvador, Guatemala, Peru, República Dominicana e Uruguai são os países nos quais as regras do CW apresentam com maior frequência nos programas de governo presidenciais.

Gráfico 1 – Presença média e desvio padrão das Regras do Consenso de Washington nos Programas de Governo das Eleições Presidenciais da América Latina, 16 países, 1998-2015.



Elaboração própria. Fonte: Banco de Asserções Programáticas (Oliveira, 2016b).

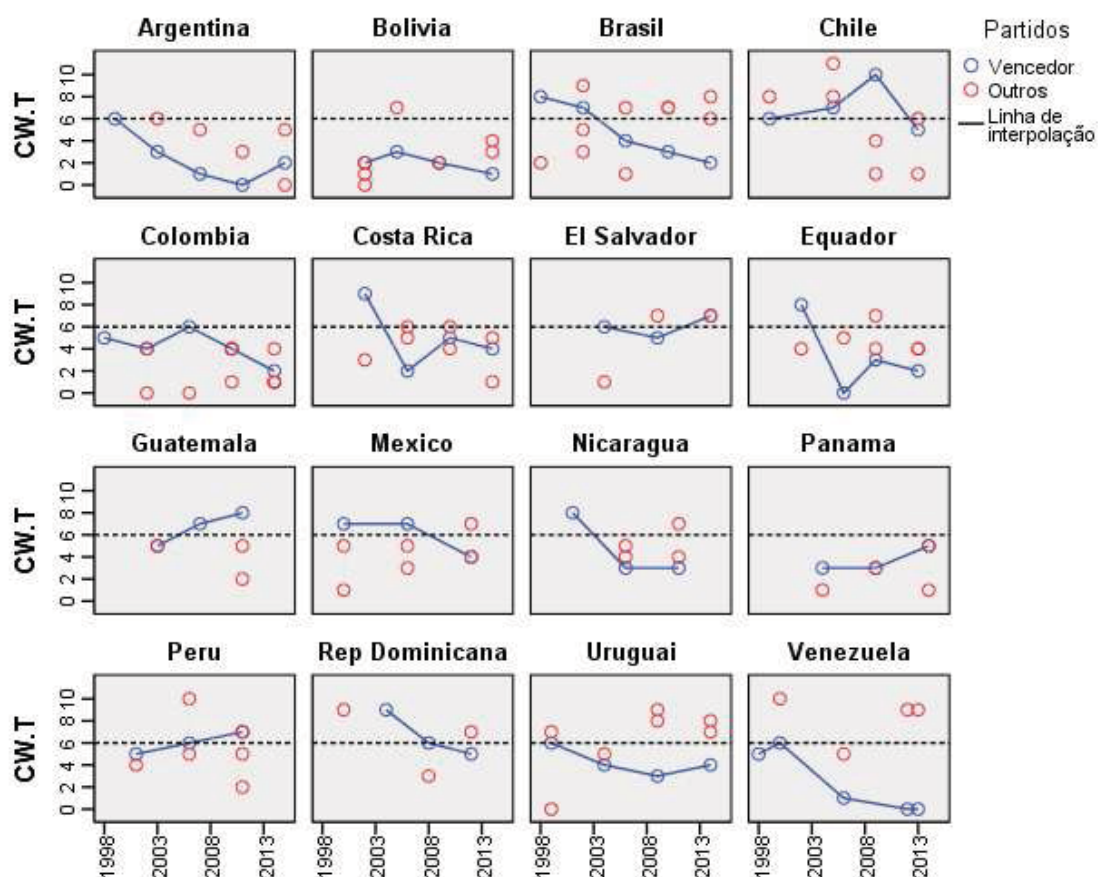
O Gráfico 1 também permite observar os países nos quais observou-se maior e menor variação da presença das regras do CW nos programas de governo, no conjunto das eleições analisadas. Esse dado pode ser apreendido a partir da amplitude dos bigodes (desvio padrão). Venezuela é o país que apresentou maior amplitude, o que significa que neste país um conjunto de candidaturas apresentou muito baixa de adesão às regras, enquanto outro conjunto razoavelmente equivalente apresentou adesão muito alta. É o país, portanto, com as candidaturas com maior diferenciação ideológica em torno do neoliberalismo. Bolívia, Brasil e Colômbia, por outro lado, são exemplos de

países com menor amplitude, nos quais as candidaturas apresentadas se diferenciam menos em termos de adesão ao CW.

### 3. Variação no tempo do indicador de presença do Consenso de Washington, para 16 países da América Latina, por candidatura presidencial.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos programas de governo por adesão global às regras do CW, mensurada pelo indicador CW.T, por país e ao longo dos anos das eleições analisadas. Indica em azul os programas de governo das candidaturas vitoriosas e a trajetória destas candidaturas ao longo do período analisado. Em vermelho, mostra as candidaturas derrotadas nas eleições presidenciais.

Gráfico 2 – Programas de governo de candidaturas presidenciais, por adesão ao Consenso de Washington, ano da eleição, país e candidaturas vencedoras, América Latina, 1998-2015.



CW.T indica o número de regras do Consenso de Washington presentes no programa de governo do candidato presidencial vencedor (azul) ou derrotado (vermelho). Elaboração própria. Fonte: Banco de Asserções Programáticas (Oliveira, 2016b).

A Argentina, após a eleição da União Cívica Radical em 1999, as eleições subsequentes da Frente Para a Vitória (2003-2011) apresentaram uma trajetória de abandono do CW entre as candidaturas eleitas. Esta trajetória é revertida pelo programa de governo da Proposta Republicana, eleita em 2015, que apresenta maior adesão expressa (ainda que baixa) às regras do neoliberalismo. Durante todo o período, estiveram disponíveis nas eleições presidenciais argentinas opções com maior adesão ao CW, porém rejeitadas nas urnas.

No mesmo sentido, as três últimas eleições presidenciais na Bolívia levaram à eleição do candidato do Movimento ao Socialismo, com baixa e decrescente adesão ao CW. Na Bolívia, as opções derrotadas passaram a apresentar programas igualmente com menor ênfase nas regras do CW. Outro caso semelhante é do Brasil, no qual a eleição de 1998 do Partido da Social Democracia Brasileira e as quatro eleições subsequentes do Partido dos Trabalhadores apresentaram uma clara trajetória de abandono das regras do CW nos programas de governo das candidaturas vitoriosas. Igualmente, durante todo o período, a maior parte das opções derrotadas apresentaram programas com maior presença do CW.

Diferente destes três casos, no Chile os programas de governo vitoriosos mantiveram clara presença das regras do CW, em um nível entre o médio e o elevado. Os programas vencedores patrocinados pela Concertação de Partidos pela Democracia (1999, 2005 e 2013) apresentaram programas bem próximos à adesão a 50% das regras do CW. Por outro lado, a eleição de 2009 do candidato da Renovação Nacional levou ao poder um presidente com programa de governo claramente comprometido com o CW. Nas últimas duas eleições (2009 e 2013), uma candidatura com baixa adesão ao CW (Partido Progressista) apresenta uma novidade em relação às candidaturas anteriores. A candidatura de 2005 da União Democrática Independente apresentou o único programa de governo dentre os analisados com a presença de todas as 11 regras do CW.

Todas as candidaturas presentes na Colômbia durante os anos pesquisados (1998-2014) apresentam uma adesão entre baixa e média às regras do CW. Nenhuma candidatura apresentou um programa com mais de 6 regras do CW. Depois das eleições do Partido Conservador Colombiano e do Primeiro Colômbia entre 1998 e 2006, as eleições seguintes do Partido Social de Unidade Nacional mostraram uma queda de importância das regras do CW nos programas de governo vencedores. Permanecendo na oposição, o Polo Democrático Alternativo apresentou contínuos programas livres das regras do CW (2002 e 2006) ou com expressão de apenas uma regra (2010 e 2014).

Na Costa Rica, a mudança de governo ocorrida entre a eleição de 2002 (Partido Unidade Social Cristã) e 2006 (Partido Liberação Nacional) mostra a clara opção por um programa de governo menos comprometido com as regras do CW. A partir deste momento, a maior parte dos programas de governo presidenciais apresenta adesão entre baixa e média às regras do CW, inclusive as vitoriosas. A formação da Frente Ampla em 2014 apresenta uma candidatura que rejeita o CW.

Em El Salvador, seja pelas opções disponíveis desde 2009 ou eleitas desde 2004, verifica-se a predominância dos partidos com posição de média adesão ao CW. No Equador a eleição de 2006 apresenta uma mudança radical no que diz respeito à presença das regras do CW na plataforma do presidente eleito. Se a candidatura do Partido Sociedade Patriótica 21 de Janeiro em 2002 apresentava a adesão a 8 das 11 regras do CW, a eleição do Movimento Pátria Altiva e Soberana em 2006 o rejeitava completamente. Embora as reeleições subsequentes do Movimento Pátria Altiva e Soberana passassem a ocorrer com alguma adesão ao CW, as opções derrotadas no período vinculavam-se mais claramente aos valores do neoliberalismo.

Na Guatemala as opções vitoriosas apresentaram programas de governo com adesão entre média e elevada ao CW, permanecendo na oposição, no último pleito (2011), partidos com menor adesão. No México, as duas primeiras eleições analisadas (2000 e 2006) foram vencidas pelo Partido Ação Nacional com programas de governo com adesão a 7 regras do CW. Em 2012 o Partido da Revolução Institucionalista conseguiu a vitória com um programa com 4 regras do CW, um pouco mais abaixo do que o apresentado nas eleições anteriores pelo partido. Mantido na oposição, o Partido da Revolução Democrática manteve a menor adesão ao CW no período, embora crescente (de 1 regra em 2000, para 4 em 2012).

A eleição da Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua nas eleições de 2006 e 2011 apresentam, em seus programas de governo, um número menor de regras do CW, especialmente se comparado ao programa vitoriosa em 2001, patrocinado pelo Partido Liberal Constitucionalista. As opções derrotadas nas eleições de 2006 e 2011 apresentaram maior adesão ao CW, embora ainda em níveis intermediários.

No Panamá nenhum dos programas de governo analisados das eleições ocorridas entre 2004 e 2014 apresenta mais do que 5 regras do CW. A vitória do Partido Panamenista na última eleição representou uma candidatura próximas do neoliberalismo, em especial frente a alternativa derrotada (Cambio Democrático). No

Peru tanto a maioria das candidaturas quanto as vencedoras apresentaram programas de governo com um nível médio de adesão às regras do CW. As opções vitoriosas entre 2001 e 2011, Peru Possível, Ação Popular e Partido Nacionalista Peruano apresentaram, respectivamente, 5, 6 e 7 regras do CW do total de 11. Na República Dominicana, o Partido da Libertação Dominicana, vencedor das eleições ocorridas entre 2004 e 2012, apresentou uma tendência de afastamento do neoliberalismo em seus programas de governo (queda de 9 para 5 regras).

No Uruguai, a primeira candidatura analisada da Frente Ampla (1999) não possuía vinculação com o CW. Após esta eleição, vencida pelo Partido Colorado, a Frente Ampla venceu os demais pleitos (2004, 2009 e 2014) apresentando programas de governo com 3 ou 4 regras do CW. O Partido Colorado e o Partido Nacional mantiveram, durante o período, vinculação mais clara com os valores do neoliberalismo.

Durante todo o período analisado, a Venezuela foi governada pelo Movimento V República (1998-2006) ou por seu sucessor o Partido Socialista Unido da Venezuela (2012 e 2013). Em conjunto, estas agremiações apresentam um movimento de abandono das regras do CW. Se em 2000 o Movimento V República chegou a apresentar 6 regras em seu programa de governo, o Partido Socialista Unido da Venezuela rejeitou completamente o CW. As opções mantidas na oposição permaneceram ligadas aos valores do neoliberalismo, especialmente nos pleitos de 2012 e 2013.

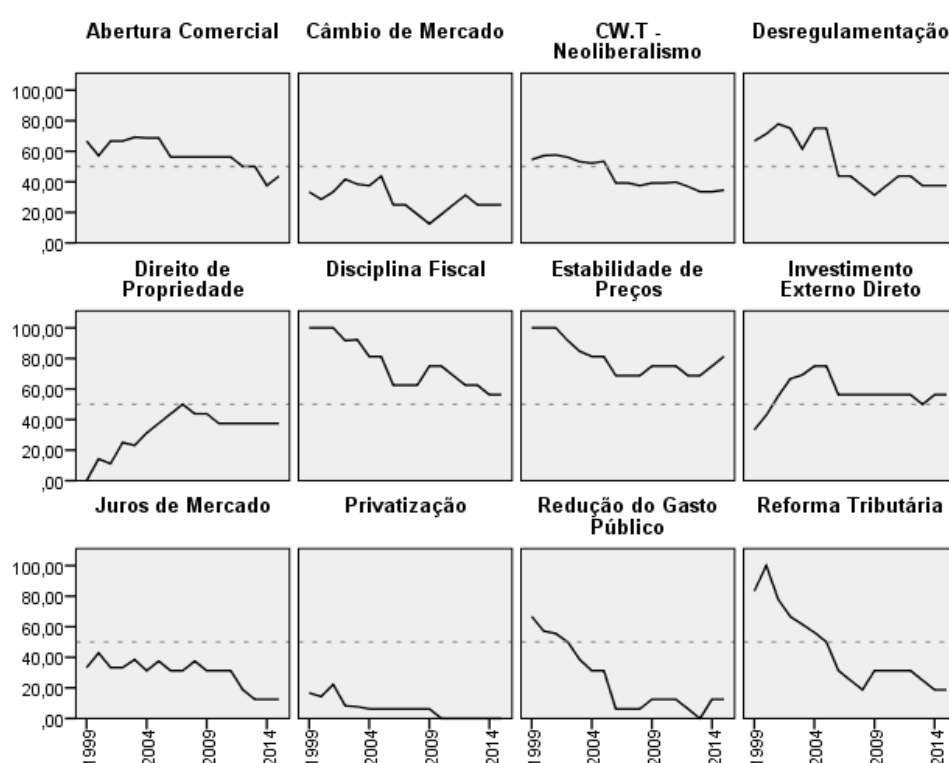
#### **4. Variação no tempo de cada regra do Consenso de Washington, segundo a presença nos programas de governo dos candidatos eleitos na América Latina.**

O Gráfico 3 mostra a presença de cada regra do CW entre os programas de governo dos presidentes eleitos na América Latina entre 1999 e 2015. Os anos do mandato presidencial do candidato eleito são computados como de vigência de seu programa de governo e desconsidera-se alterações provenientes da destituição de presidentes. O valor 100 indica que a respectiva regra é presente em todos (100%) os programas de governo dos candidatos eleitos do ano indicado mais dos programas dos presidentes com mandato em curso.

Considerando os programas de governo dos presidentes eleitos entre 1999 e 2015, verifica-se que a regra da defesa da Abertura Comercial manteve sua presença, embora ela tenha variado de um máximo de 67% e um mínimo de 44% (sete candidatos eleitos), no final do período. A regra do Câmbio de Mercado manteve-se com menor relevância,

embora também perdendo espaço: de um máximo de 44%, no final do período alcança apenas 25% (quatro candidatos eleitos). A regra da Desregulamentação deixou uma presença bastante expressiva no dos anos 2000, de 76%, para chegar em 2015 com 38% (seis candidatos eleitos). A regra do Direito de Propriedade foi a única a mostrar clara tendência de aumento de relevância, embora não tenha se tornado muito frequente entre os programas dos presidentes eleitos: de nenhuma presença, chegou a alcançar 44% e, fim do período, 30% (cinco candidatos eleitos).

Gráfico 3 – Presença (%) das Regras do Consenso de Washington nos programas de governo dos presidentes eleitos na América Latina, 1999-2015.



A linha apresenta o total percentual (%) dos programas de governo dos presidentes eleitos nos quais consta a regra especificada, sobre o total de programas de governos analisados. Analisados: 1999, seis programas; 2000, sete programas; 2001, nove programas; 2002, 12 programas; 2003, 13 programas; 2004-2015, 16 programas. Elaboração própria. Fonte: Banco de Aserções Programáticas (Oliveira, 2016b).

Disciplina Fiscal e a regra especial Estabilidade de Preços foram as únicas duas que, embora perdendo espaço ao longo do tempo, permaneceram frequentes nos programas de governo dos candidatos presidenciais eleitos na América Latina. Se todos os candidatos eleitos em 1999 apresentavam a regra da Disciplina Fiscal, no decorrer do tempo ela ainda era presente em 63%, 75% e, finalmente, em 56% (correspondendo a

nove casos) dos programas de governo dos presidentes eleitos. A Estabilidade de Preços como meta da política econômica deixou de ter presença em 100% dos programas no início da série para alcançar um mínimo de 69% e, em 2015, 81% dos programas dos presidentes eleitos (correspondendo a 13 dos 16 candidatos eleitos).

A regra da abertura para o Investimento Externo apresentou crescimento no início do período, de 43% para 75%, estabilizando na segunda metade em 56% (nove casos) dos programas de governo dos presidentes eleitos. A regra do Juros de Mercado, entendida como autonomia do Banco Central, observou-se com baixa presença durante toda a série. Com uma variação entre 31% e 35% na maior parte do período, nos últimos alcançou apenas 13% dos programas de presidentes eleitos (dois casos). A regra da Privatização, como já destacado, possui o pior desempenho entre as regras do Consenso de Washington. Sua presença não ultrapassou 22% dos programas de presidentes eleitos analisados, nos primeiros anos da série, para ser completamente abandonada nos anos finais.

As regras da Redução do Gasto Público e da Reforma Tributária são aquelas que apresentam uma variação mais significativa ao longo do tempo. Se no início do período eram frequentemente encontradas nos programas dos presidentes eleitos na América Latina, foram gradualmente abandonadas até permanecerem marginais no final do período. A Redução do Gasto Público partiu de uma presença inicial no máximo de 61% e chegou a ser completamente abandonada após uma queda abrupta logo na primeira metade dos anos 2000. Em 2015, a Redução do Gasto Público constava em apenas 13% (2 casos) dos programas dos candidatos presidenciais eleitos. A regra da Reforma Tributária com redução da tributação chegou a estar presente em todos os programas de presidentes eleitos no início dos anos 2000, caindo para uma presença de 19% no final desta década. Mesmo que tenha recuperado sua presença para 31% no início dos anos 2010, em 2015 a regra da Reforma Tributária continuava presente em apenas 19% dos casos (3 programas de presidentes eleitos).

Agrupando todas as regras acima descritas, o indicador CW.T apresenta a variação total das regras do Consenso de Washington entre os programas de governo dos candidatos eleitos na América Latina entre 1999 e 2015. Em seu nível máximo de 100%, o indicador mostraria que todos os programas de presidentes eleitos contariam com todas as regras estudadas. O conjunto de regras do CW esteve presente em 55% dos casos analisados no início do período (1999), avançando até 58% em seguida. Contudo, uma queda sensível foi reparada no início dos anos 2000, mantendo-se até o

final da série em níveis mais baixos do que os iniciais. O patamar mais baixo do indicador foi de 35% de presença das regras do CW nos programas de governo dos presidentes eleitos na América Latina.

## **Conclusão**

Esta pesquisa limita-se a parte visível do neoliberalismo nos programas de governo dos candidatos presidenciais em 16 países da América Latina. Embora se possa esperar que um programa de governo ressalte as políticas que seus autores consideram politicamente lucrativas mesmo quando elas já são vigentes em seus países, deve-se considerar a possibilidade de que certas regras do Consenso de Washington deixem de serem referidas em um país no qual ela é, de fato, consensual e institucionalizada. Outro limite da pesquisa deriva do não formalizado no programa. O conteúdo discursivo de uma candidatura na dinâmica de uma eleição pode ultrapassar os limites do programa de governo. Sem desconsiderar estes limites, a estratégia adotada permite a comparação entre os diferentes contextos políticos nacionais e seu diferimento ao longo do tempo.

Assim, mesmo que exista um pano de fundo da introdução do neoliberalismo na América Latina, em especial a partir da atuação de órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, esta pesquisa revela que entre os anos 2000 e 2015 o neoliberalismo possuiu trajetórias específicas e diferente nível de importância nos diferentes ambientes nacionais. Do ponto de vista internacional, com abrangência generalizada na política da América Latina, destaca-se a percepção de que a alternativa ao problema da inflação parte da gestão macroeconômica, dos fundamentos da política econômica adotada pelos Estados. Corroborando, a elevada adesão dos programas de governo presidenciais à regra da Disciplina Fiscal indica que está bem estabelecido na América Latina o papel da responsabilidade fiscal ou da adequação do gasto público às fontes de receita como um ativo importante dos países.

Em conjunto, as duas regras do Consenso de Washington que expressam estes valores são as mais presentes nos programas de governo presidenciais – Estabilidade de Preços como meta da política econômica e Disciplina Fiscal, respectivamente. Isso pode indicar a existência, de fato, de um quase consenso sobre os pressupostos do funcionamento das economias nacionais. Ainda que as regras tenham deixado de ser *consensuais* ao longo dos anos 2000, os dados mostram que elas mantêm-se resilientes

na maioria dos países analisados e com uma trajetória positivamente destacada se comparada às demais regras.

Independentemente da validade científica da proposição, a narrativa próxima do neoliberalismo segundo a qual os governos não devem gastar mais do que arrecadam e que a inflação é um fenômeno negativo que responde às opções do governo forma o discurso econômico dominante na política da América Latina. Embora outros elementos não analisados nesta pesquisa possam relativizar este argumento, o fato é que estas interpretações parecem gozar de um espaço seguro no discurso político latino-americano.

Regras do Consenso de Washington mais concretas, em especial a Privatização, os Juros de Mercado (autonomia do Banco Central) e a Redução do Gasto Público, contudo, não usufruem a mesma posição de quase consenso. Pelo contrário, os programas de governo presidenciais em sua maioria silenciam sobre estas regras. A Privatização parece ser a regra maldita do neoliberalismo, rejeitada mesmo entre as candidaturas que aderem a maior parte das demais regras. Seguramente, experiências anteriores que possuíram má aceitação popular influenciaram a forma como as posições favoráveis à Privatização sumiram dos programas de governo nas eleições presidenciais.

Embora a Redução do Gasto Público tenha mais aceitação do que a Privatização, a possível consequência discursiva de admitir a diminuição dos serviços públicos decorrentes da política é a provável causa de seu não aparecimento nos programas de governo. A regra da Redução do Gasto Público chegou a quase desaparecer dos programas dos presidentes eleitos na América Latina após a primeira metade dos anos 2000. A adoção da autonomia do Banco Central, como expressão da regra de Juros de Mercado, pode não ter aparecido com frequência dada a sua especificidade. A fragilidade de um discurso visto como favorável ao capital ou ao mercado financeiro, contudo, pode ajudar a explicar o motivo de sua relativa ausência nos programas de governo presidenciais da América Latina e seu relativo abandono pelos presidentes que foram eleitos ao longo do período.

Se, por um lado, é inegável que o Consenso de Washington perdeu força na política da América Latina do século XXI, por outro se deve admitir que a ideologia neoliberal permaneceu não apenas como um vetor importante da diferenciação política/partidária das candidaturas presidenciais, mas também como conteúdo programático dos presidentes eleitos. Especialmente a regra da Estabilidade de Preços como fundamento da política econômica, mas também a Disciplina Fiscal, demonstram

de maneira mais clara a força da ideologia neoliberal na América Latina dos anos 2000 e 2010. É possível que tal força ideológica responda à fragilidade, ao menos política, das opções oferecidas pela economia heterodoxa para tratar o problema da inflação – o que deixa mesmo aos candidatos que renegam outros valores do neoliberalismo pouca alternativa além da interpretação ortodoxa e dos remédios apresentados pelo Consenso de Washington.

## Referências

BAKER, A.; GREENE, K. F. The Latin American left's mandate: free market policies and issue voting in new democracies. *World Politics*, Baltimore, v. 63, n. 01, p. 43-77, jan. 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

GARRETÓN, Manuel A. (et al). *América Latina no Século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004

HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages*, Paris, v. 3, n. 11, p. 36-60, 1968.

LASSWELL, H. (Org.). *A linguagem da política*. Brasília, DF: UnB, 1982.

LORA, E.; OLIVEIRA, M. The electoral consequences of the Washington Consensus. *Economía*, Bogotá, v. 5, n. 2, p. 1-61, 2005.

NAIM, Moses. Fads and Fashions in Economic Reforms: Washington Consensus or Washington Confusion? IMF Conference on Second Generation Reforms. Washington D.C., 1999. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/Naim.HTM#I> Acesso em: 07 julho 2017.

OLIVEIRA, Augusto N. C. A ideologia econômica dos presidentes na América Latina: um indicador a partir dos programas de governo eleitorais. *Indicadores Econômicos FEE*, n. 43, v. 1, 2015. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3540> Acesso em: 13 julho 2017.

OLIVEIRA, Augusto N. C. As promessas dos presidentes: Democracia representativa em 16 países da América Latina. Porto Alegre: FEE, 2016a. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/20160517e-book-as-promessas-dos-presidentes.pdf> Acessado em: 13 julho 2017.

OLIVEIRA, Augusto N. C. Banco de Aserções Programáticas (Banco de Dados em formato xlsx). 2016b. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/20160517bap.2015.xlsx> Acessado em: 13 julho 2017.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?, *Journal of Economic Literature*, v. 44, n. 4, 2006, p. 973-987.

SADER, Emir. GENTILI, Pablo. (orgs.). Pós-Neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

STIGLITZ, Joseph E. Is there a Post-Washington Consensus Consensus? In. SERRA, Narcis. STIGLITZ, Joseph E. (Orgs.). The Washington Consensus Reconsidered: toward a new global governance. Oxford: Oxford University, 2008. P. 41-56.

STOKES, S. C. Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America. Cambridge: Cambridge University, 2001.

WILLIAMSON, John. A Short History of the Washington Consensus. In. SERRA, Narcis. STIGLITZ, Joseph E. (Orgs.). The Washington Consensus Reconsidered: toward a new global governance. Oxford: Oxford University, 2008. P. 14-30.

WILLIAMSON, John. Democracy and the “Washington Consensus”. World Development, v. 21, n. 8, pp.1329-1336, 1993.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In. WILLIAMSON, John. (Org.). Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Disponível em: <https://www.wcl.american.edu/hracademy/documents/Williamson1990WhatWashingtonMeansbyPolicyReform.pdf> Acesso em: 07 julho 2017.